



# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 5, DE 2017

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o processo Projeto de Lei da Câmara nº127, de 2013, que Torna obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga durante o transporte de materiais nucleares e radioativos.

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre

**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque

13 de Junho de 2017



## PARECER Nº DE 2017

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 127 de 2013 (Projeto de Lei nº 4.047 de 2012, na origem), do Deputado Antonio Bulhões, que *torna obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga durante o transporte de materiais nucleares e radioativos.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

### I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei da Câmara nº 127 de 2013 (Projeto de Lei nº 4.047 de 2012, na origem), do Deputado Antonio Bulhões, que torna obrigatória o rastreamento de carga nuclear ou radioativa durante seu transporte.

O art. 1º obriga a utilização de mecanismo de rastreamento de carga, acoplado ao embalado, durante o transporte de materiais nucleares e radioativos no território nacional, ressalvado o transporte exclusivamente no interior das instalações nucleares, desde que atendidos os demais requisitos de segurança. O art. 2º prevê a vigência da futura lei na data de sua publicação.

O autor justifica que, apesar da vasta regulamentação infralegal sobre material nuclear e radioativo, nenhuma norma exige o efetivo controle do material a partir de seu despacho para transporte. Acrescenta que tal providência é muito importante para a segurança da população, citando o caso de um veículo de transporte de equipamentos radioativos roubado na Via Dutra, no Rio de Janeiro, e o do descarte indevido do Césio-137, em Goiânia, em 1987.

A matéria tramitou na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde obteve parecer pela aprovação, e na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), na qual foi aprovado um substitutivo. Em virtude do Requerimento nº 61 de 2017, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, o projeto foi enviado à instrução desta Comissão. Até o momento, não foram apresentadas emendas.



## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CMA opinar sobre matérias referentes ao meio ambiente. Além disso, por ser esta a última Comissão do despacho do Presidente da Casa, e tendo em vista que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) não está analisando a matéria, a CMA opinará também sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da matéria.

O projeto atende à **constitucionalidade**, pois compete à União legislar sobre trânsito e transporte e atividades nucleares (art. 22, XI e XXVI, CF), não havendo vício de iniciativa na proposição (art. 61, § 1º, CF). Do mesmo modo, inexistem vícios de **juridicidade** ou de **regimentalidade**.

Quanto à **técnica legislativa**, corroboramos os argumentos da CI de que o transporte de material nuclear é matéria da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, sendo adequada a inclusão da nova regra como o parágrafo único do art. 11 dessa Lei. Isso porque o art. 7º, IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação das leis, reza que, em regra, o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei.

Por outro lado, entendemos que a redação do projeto deve ser mantida conforme o texto aprovado na Câmara dos Deputados, para deixar claro que se trata de mera emenda de **redação**. A alteração proposta pela CI, para expressar a competência regulamentadora da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), não é necessária, pois o art. 2º, X, *b*, da Lei nº 6.189, de 1974, já prevê tal atribuição. Vale notar ainda que o substitutivo da CI, por um lapso, deixou de veicular a cláusula de vigência, exigida pelo art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 1998, e cuja omissão configuraria desnecessária emenda de mérito, exigindo o retorno da matéria à Câmara dos Deputados.

No **mérito**, frisamos que os materiais radioativos são nocivos ao ser humano, a outras formas de vida e à natureza em geral. Conforme ressaltou a CI, é inegável o mérito de procurar proteger a sociedade dos riscos de acidentes nucleares, prevendo o emprego de instrumentos de rápida localização da carga radioativa furtada, roubada ou extraviada. A proposição em tela promove a preservação do meio ambiente equilibrado e saudável, por aumentar a segurança do transporte de materiais radioativos e nucleares.

## III – VOTO



Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 127 de 2013, na forma do substitutivo a seguir.

**EMENDA Nº 2 – CMA (SUBSTITUTIVO – DE REDAÇÃO)**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127 DE 2013**

Altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, para tornar obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga durante o transporte de materiais nucleares e radioativos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 11 da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 11. ....**

*Parágrafo único.* É obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga, acoplado ao embalado, durante o transporte de materiais nucleares e radioativos no território nacional, ressalvado o transporte exclusivamente no interior das instalações nucleares, desde que atendidos os demais requisitos de segurança.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/17517.19948-57



**Relatório de Registro de Presença**  
**CMA, 13/06/2017 às 11h30 - 9ª, Extraordinária**  
**Comissão de Meio Ambiente**

| PMDB                         |                                 |
|------------------------------|---------------------------------|
| TITULARES                    | SUPLENTE                        |
| HÉLIO JOSÉ                   | 1. AIRTON SANDOVAL              |
| RENAN CALHEIROS              | 2. DÁRIO BERGER <b>PRESENTE</b> |
| JOÃO ALBERTO SOUZA           | 3. VAGO                         |
| VALDIR RAUPP <b>PRESENTE</b> | 4. VAGO                         |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) |                                 |
|--|---------------------------------|
| TITULARES  | SUPLENTE                        |
| JORGE VIANA  | 1. ÂNGELA PORTELA               |
| LINDBERGH FARIAS                                       | 2. GLEISI HOFFMANN              |
| PAULO ROCHA <b>PRESENTE</b>                            | 3. HUMBERTO COSTA               |
| ACIR GURGACZ   | 4. REGINA SOUSA <b>PRESENTE</b> |

| Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM) |                                   |
|--|-----------------------------------|
| TITULARES                              | SUPLENTE                          |
| ATAÍDES OLIVEIRA <b>PRESENTE</b>       | 1. DALIRIO BEBER <b>PRESENTE</b>  |
| FLEXA RIBEIRO <b>PRESENTE</b>          | 2. RONALDO CAIADO <b>PRESENTE</b> |
| DAVI ALCOLUMBRE <b>PRESENTE</b>        | 3. RICARDO FERRAÇO                |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) |                                  |
|---|----------------------------------|
| TITULARES   | SUPLENTE                         |
| SÉRGIO PETECÃO                                      | 1. JOSÉ MEDEIROS <b>PRESENTE</b> |
| ROBERTO MUNIZ <b>PRESENTE</b>                       | 2. BENEDITO DE LIRA              |

| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE) |                                       |
|---|---------------------------------------|
| TITULARES   | SUPLENTE                              |
| JOÃO CAPIBERIBE <b>PRESENTE</b>                                   | 1. VANESSA GRAZZIOTIN <b>PRESENTE</b> |
| CRISTOVAM BUARQUE <b>PRESENTE</b>                                 | 2. ROBERTO ROCHA                      |

| Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC) |                  |
|--|------------------|
| TITULARES                                | SUPLENTE         |
| WELLINGTON FAGUNDES <b>PRESENTE</b>      | 1. TELMÁRIO MOTA |
| CIDINHO SANTOS                           | 2. PEDRO CHAVES  |

**Não Membros Presentes**

FÁTIMA BEZERRA  
JOSÉ PIMENTEL  
ROMERO JUCÁ  
PAULO PAIM  
VICENTINHO ALVES

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLC 127/2013)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CMA FAVORÁVEL AO PROJETO NOS TERMOS DA EMENDA Nº 2-CMA (SUBSTITUTIVO).

13 de Junho de 2017

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Meio Ambiente